

ECOTURISMO E CONSUMO DA PAISAGEM NA CHAPADA DIAMANTINA - BAHIA - BRASIL

LÉDA, Renato Leone Miranda*

Este trabalho busca analisar a constituição de **redes simbólicas** (Castoriadis, 1986, p. 159) que instituem determinados enfoques, atitudes e práticas em relação ao mundo natural, enquadrados no denominado **turismo ecológico** ou **ecoturismo**. Situando o fenômeno na Chapada Diamantina (Bahia), procura descrever e definir o **consumo da paisagem**, concebendo a estreita vinculação das concepções e valores que constituem o **imaginário ecológico** com a ideologia e as práticas que implicam a apropriação de sítios geográficos na forma de **produtos turísticos**. Assim, procura também identificar como a Chapada Diamantina se torna um **destino ecoturístico** disponível no mercado, caracterizando as particularidades da experiência que os consumidores se dispõem a enfrentar para usufruir as delícias da paisagem, e as estratégias de gestão do território destinadas à constituição desse espaço turístico.

O advento do **ecoturismo** implica a consideração da paisagem como recurso natural, no contexto das mudanças culturais contemporâneas relativas à disseminação de **novas sensibilidades ecológicas** que estimulam o desejo de (re)encontro com a natureza. Paradoxalmente, observa-se a transformação de paisagens em produtos a serem “consumidos”, sob o prisma desse novo segmento da **economia do entretenimento** cujas estratégias de mercado estão impregnadas do discurso ecológico.

A Chapada Diamantina

A Chapada Diamantina constitui um prolongamento do sistema orográfico do Espinhaço, estendendo-se de sul a norte na porção central do território baiano, formando um conjunto de relevos moldados por processos tectônicos e erosivos que deram origem aos atuais contornos dos planaltos e serras. O conjunto orográfico constitui um grande divisor de águas entre os afluentes do rio São Francisco, que drenam a vertente oeste da Chapada, e os rios que formam as bacias do rio Paraguaçu e de Contas, escoando em direção ao Oceano Atlântico. Na configuração do espaço físico-biótico, destacam-se unidades geo-ambientais que constituem rico patrimônio paisagístico, objeto de apropriação no mercado das viagens de lazer e similares.

Como espaço habitado, as origens da Chapada Diamantina remontam à busca de riquezas minerais como o ouro e as esmeraldas no século XVIII, período no qual surgiram as primeiras cidades, Rio de Contas e Jacobina, localizadas, respectivamente, nos extremos sul e norte da região, praticamente desconhecida e desabitada, até então. Mas seu povoamento efetivo só aconteceu em meados do século XIX, com a descoberta e exploração de diamantes na Serra do Sincorá, onde se constituíram as *Lavras Diamantinas*, antiga denominação da área consagrada pelo intenso comércio que se concentrava nas cidades de Lençóis, Mucugê, Andaraí, Palmeiras e Igatu. No período de 1840 a 1930, o fausto da “Civilização do Diamante” deu um destaque econômico e político sem precedentes à região. A partir dos anos 1930, porém, iniciou-se um longo

* Professor Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Vitória da Conquista - Bahia - BRASIL

período de decadência e esvaziamento demográfico das cidades, fatos cujas conseqüências ainda hoje se fazem sentir na vida local. A parcela da população que permaneceu nessas cidades vive hoje, em sua maioria, em condições de extrema pobreza, mas ainda alimentando um certo fascínio pelo garimpo, que continua a ser praticado, tanto como uma atividade extrativista de subsistência, quanto na forma de uma exploração mecanizada e predatória.

Atualmente, na Região Econômica da Chapada Diamantina, ainda hoje predomina uma população rural (72,7% em 1991) com baixos índices de qualidade de vida (69% da população total com renda familiar até 1 salário mínimo e expectativa de vida estimada em 49 anos), dedicando-se a atividades agropecuárias tradicionais ou servindo como mão-de-obra em modernas culturas irrigadas.

O advento do ecoturismo estabelece os limites específicos da área designada **Circuito do Diamante**, formulação do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia - PRODETUR (Bahiatursa, s.d.), que abrange, essencialmente, os municípios que faziam parte das antigas *Lavras*, onde os recursos naturais e culturais são tratados como *produtos turísticos*, no contexto de um mercado em expansão.

O marketing geográfico do ecoturismo

Proteger a natureza, para o ecoturismo, vale a pena porque dá dinheiro” (*Veja*, 7/12/94, p. 90).

A geografia do ecoturismo abrange regiões providas de sítios de beleza cênica e condições ecológicas favoráveis ao desenvolvimento do jogo lúdico entre homens e natureza, relação que se manifesta na forma de atividades recreativas e esportivas. Tais regiões são “vendidas” nas revistas especializadas em curiosidades geográficas, ecologia, e roteiros de viagens, nos cadernos de turismo dos grandes jornais e noutras publicações de circulação nacional.

Um exemplo é a edição de 7/12/94 da revista *Veja* que estampava em sua reportagem principal, intitulada *Santuários do Brasil Ecológico*, fotografias do Morro do Pai Inácio e do Poço Encantado, famosos cenários naturais da Chapada Diamantina, consagrados como símbolos geográficos desta região, mas sobretudo como imagens emblemáticas do patrimônio ambiental brasileiro, escolhidos entre as mais célebres paisagens, vistas sob o prisma de uma nova *ecologia/economia do lazer*.

Segundo a reportagem, o ecoturismo representa um promissor segmento do mercado, vinculado a um novo “conceito de proteção ambiental”, pois viria a ser uma alternativa para situações extremas de destruição do patrimônio ecológico em regiões dotadas de belezas naturais, vítimas da ineficaz concepção de isolamento de certas áreas, falsamente protegidas em parques e reservas, o que não lhes garante a preservação.

A “contabilidade” da renda gerada pelo ecoturismo em tão diferentes países como Estados Unidos e Quênia, onde se cobra entrada nos parques, é um argumento a favor da exploração comercial desse tipo de atividade como meio de viabilizar a proteção ambiental. Além disso, a expansão de uma “indústria” especializada é saudada como demonstração de que é possível o casamento harmônico entre rentabilidade econômica e “desenvolvimento ecologicamente sustentado”. Tal indústria inclui fabricantes de equipamentos para diversas atividades recreativas e esportivas, agências que elaboram

roteiros e realizam jornadas em ambientes selvagens, empreendimentos hoteleiros, além desse filão específico do mercado editorial.

O ecoturismo é focado como uma nova “mania” da classe média, instaurando novos hábitos de consumo, no caso, o de buscar o contato direto com a natureza, sempre e quando for possível (A TARDE, 2/8/95). As conseqüências desse movimento são tratadas como positivas, através do desenvolvimento de novos ramos da economia nas regiões onde se implanta este tipo de atividade, como no caso da Chapada Diamantina (Folha de S. Paulo, 28/9/95).

Algumas idéias sobre o ecoturismo, nestas publicações, fundamentam-se na construção de imagens e discursos que têm como objeto a paisagem, a natureza, os lugares.

“Grutas e lagoas coloridas, paredões rochosos e um emaranhado de rios e cachoeiras fazem da Chapada Diamantina um cenário majestoso” (*Veja*, 7/12/94)

“No Sertão da Bahia, rios e cachoeiras serpenteiam entre canions de uma cadeia de montanhas, onde o programa é caminhar. (...) “A paisagem da Chapada Diamantina é um convite aos passeios selvagens (...) Andar é a chave de todas as descobertas...” (*Veja*, 12/12/90)

A paisagem aparece como fonte de prazer e diversão para as férias de verão mas, advertem as revistas, são prazeres “diferentes” dos que se espera normalmente em praias ensolaradas do litoral nordestino, porque a “geografia” é diferente e peculiar. “A Chapada Diamantina não preenche o imaginário tradicional dos turistas (...) Ali há uma variedade de divertimentos, mas de natureza diversa”, proporcionando, “programas” especializados para diversos gostos, de acampamentos para crianças e adolescentes, com enfoques de educação ambiental, até “pacotes” que incluem caminhadas ecológico-esotéricas, para quem gosta de “aventurar-se dentro de si mesmo e desse mundo maravilhoso que nos acolhe”.

Raízes do imaginário ecológico

A “descoberta” de paisagens cujas feições contrastam com os ambientes artificiais, próprios do mundo urbano, tende a provocar reações de estranhamento, surpresa e admiração. São lugares que tornam-se alvo privilegiado do interesse de turistas, motivados pela expectativa de encontrar a natureza repleta de cenários magníficos e que freqüentemente despertam expressões arrebatadas de “encantamento” e envolvimento “mágico”, sugerindo que a paisagem é capaz de induzir o visitante a uma experiência emocional particular a partir da percepção dos elementos e forças naturais ali presentes. Ou seria mais apropriado indagar sobre a existência de uma certa “predisposição” do olhar que, inspirado em certos dispositivos sociais e mentais, acaba por favorecer o florescimento desse tipo de empolgação do discurso?

Em primeiro lugar, deve-se registrar que a chamada “consciência ecológica” tem uma longa história que remonta ao século XVIII, com J.J. Rousseau. No século XIX, Henry Thoreau, narra em “*Walden ou a vida nos Bosques*” (1984 [1854]) sua experiência solitária vivendo às margens do lago em Massachussets (EUA), apoiado em valores românticos e transcendentalistas da harmonia com a natureza e de rejeição da civilização urbana e industrial, da qual estava pretensamente se afastando, através da constituição prática de um outro “modo de vida”. O autor foi um dos precursores de variados movimentos pacifistas e ecologistas, preocupados em encontrar soluções para os dilemas humanos, na perspectiva de mudança de comportamentos, inspirando o

movimento de comunidades alternativas e similares que têm, como uma de suas facetas, exatamente a busca de lugares que, por seu relativo isolamento em relação aos grandes centros urbanos e por seus particulares atributos ambientais, ofereçam condições para o desenvolvimento de práticas de “vida alternativa” em “harmonia” com a Natureza.

No caso da Chapada Diamantina, se por um lado essas experiências de uma “nova vida rural” foram localizadas e tímidas, por outro, contribuíram para o desenvolvimento inicial do ecoturismo, atividade da qual agora se valem como um possível instrumento de viabilização da utopia ecológica, apesar de todas as ambigüidades e reveses dos modismos.

A evolução das aspirações ecologistas modernas, ao mesmo tempo que contempla o caráter sagrado da natureza, digna de uma reverência quase religiosa (Acot, 1990, p. 173), fundamenta-se na disseminação, através da mídia, de conhecimentos de base científica sobre a dinâmica do meio ambiente e do delicado funcionamento dos ecossistemas. As duas concepções muitas vezes convergem para a formulação de variadas teses (muitas questionáveis) sobre os riscos de um eminente desastre ecológico que ameaça a humanidade.

Na história das relações homem-natureza no Ocidente, as conotações de perigo e hostilidade e os significados depreciativos atribuídos aos ambientes selvagens, dominaram o imaginário e as atitudes coletivas durante a Idade Média até, aproximadamente, meados do século XVIII (Dubos, 1980, Thomas, 1988), período no qual “A natureza em seu conjunto, era perturbadora, vasta e atemorizante” (Leite, 1994, p. 34). A visão da natureza como negação dos esforços humanos de instaurar uma ordem controlável no mundo, onde o progresso e a civilização devem triunfar sobre o primitivismo, foi legitimadora da intervenção sobre os ambientes selvagens, mesmo que a ação não tivesse uma finalidade produtiva imediata.

Segundo Viard (1990), foi a progressiva separação do homem burguês em relação à natureza, a partir do Renascimento, que produziu o necessário distanciamento existencial e mental para a transformação da natureza em objeto do conhecimento, condição, por sua vez, da posterior emergência de uma mentalidade conservacionista.

Uma série de mediações políticas e culturais, lembra Viard, proporcionou o desenvolvimento precoce do espírito de proteção à natureza nos países protestantes, num mesmo movimento de expansão da modernidade que ampliou extraordinariamente a apropriação do espaço como meio de produção (de acordo com a finalidade máxima da produtividade e do lucro), aperfeiçoando os instrumentos técnicos que permitiram cada vez mais o afastamento do homem face ao mundo natural.

A reapropriação lúdica e simbólica do espaço natural em grande escala pode então se realizar, como desdobramento de uma atitude cotidiana, uma preocupação patrimonial, uma responsabilidade do indivíduo sobre seu próprio engajamento no mundo, atitude que se enquadra dentro de um fenômeno muito mais amplo, da constituição de sociedades democráticas e liberais, da afirmação do paradigma dos direitos da pessoa e de uma ética democrática baseada no respeito ao outro e na responsabilidade individual do sujeito, o que serve também de esteio para a prática da proteção ambiental no âmbito da ordem do direito, um respeito à natureza e um sentir-se responsável pelo seu meio ambiente.

As origens dessas novas posturas compõe um complexo quadro de fatores históricos entre os quais se insere, também, a rápida deterioração dos ambientes urbanos desde os primeiros momentos da Revolução Industrial, o “inferno paleotécnico” (Munford, 1982) caracterizado pelas condições da cidade industrial do século XIX, gerando nas

populações citadinas o desejo e a revalorização da vida no campo, associada à idealização literária do mundo rural, numa visão pitoresca de retorno à paisagem idílica. Segundo Thomas (1988), As objeções à vida urbana e a conseqüente valorização do mundo rural, derivadas da insuportável deterioração do meio ambiente das cidades industriais inglesas, aliavam-se à rejeição aos "vícios morais" dos cidadãos.

Nessa perspectiva, a negação romântica dos valores burgueses e a afirmação dos ideais de liberdade e da emoção da experiência vivida, estimularam a busca de lugares "selvagens" onde fosse possível romper com os condicionamentos sociais, numa integração "cósmica" com a natureza. Neste contexto, desenvolveu-se a paixão pelo cenário das montanhas que tomou conta do público inglês que gostava de viajar a procura de "efeitos cênicos excitantes." (Thomas, 1980, p. 309).

Cultura, Arte e Natureza

A noção de paisagem como extensão de campo que se vislumbra, "implica a existência de um observador, de alguém que contempla e analisa esta porção do espaço desde um ponto-de-vista determinado". (Nogué I Font, 1986, p.33). O cenário apreciado por um espectador que lhe confere sentido, pressupõe um ato impregnado de conotações culturais e ideológicas, pois a paisagem "não é só o mundo tal e qual, é também uma construção, uma composição e uma forma de ver o mundo" (p. 36).

No percurso histórico da evolução do olhar artístico em relação à natureza, a noção de paisagem amadurece, corporificando-se inicialmente na pintura, materialização do desejo de entender e aperfeiçoar a relação com o mundo. Viard (1990), situa o "nascimento do gênero paisagem", definindo-a como "um quadro representando uma certa extensão da *paisagem*, onde a natureza tem o primeiro papel, e as figuras humanas e de animais são somente acessórias." Isso foi possível graças a uma inovação técnica do século XVI, a *perspectiva*, permitindo a representação das vistas longínquas, a introdução da idéia de longe, de fuga, de profundidade, de horizonte, de curiosidades e perplexidades, de anseio de descoberta de um mundo cujos limites não cessam de se ampliar.

O desenvolvimento da pintura de paisagem se favoreceu também da liberdade estética e temática proporcionada pela Reforma, inseparável das mutações sociais em curso na época, do domínio burguês que apropriou-se da terra e do mar, através de uma lógica da circulação (das mercadorias), do movimento rumo ao horizonte, campo da invenção da perspectiva, da confiança no olho como instrumento de percepção do mundo.

A *paisagem* foi uma novidade estética e emocional que representava uma progressão do olhar moderno sobre o mundo, uma visão de conjunto que até então não era possível na pintura, pois que ela aparecia como fragmentos. No século XVII a paisagem holandesa assume a forma de "espelho da natureza" (Gombrich, 1981), triunfo da arte realista, na qual as cidades, campos, o mar e os canais oferecem inesgotável fonte de inspiração. De cenário da ação humana, a paisagem passou a tema do quadro, mudança proporcionada pela atmosfera sócio-cultural da época.

A paisagem pode também ser considerada como "a tentativa de ordenar o entorno com base em uma imagem ideal" (Leite, 1994, p. 29). A "revolução inglesa da paisagem" nos séculos XVIII e XIX, inverteu o modelo geométrico do paisagismo clássico, em cujos jardins procurava-se esconder ou domesticar as formas naturais da paisagem. A nova abordagem pretendia justamente enfatizá-las, utilizando o "traçado curvilíneo e

irregular dos caminhos e a combinação de grupos de árvores e grandes espaços abertos”. (Leite, 1994, p. 37).

Era a materialização de uma relação física e mental com o espaço e a natureza, o que se afirmou tanto no desenvolvimento da pintura, como no caso dos ingleses **Constable** e **Turner**, quanto na arte da construção de jardins esteticamente organizadas a partir de padrões e valores “descobertos”, através da “avaliação descritiva de lugares reais relacionando seus atributos estéticos com a resposta emocional que sua observação desperta” (Leite, 1994, p. 38), um parque reservado aos bem-aventurados, lugar no qual se pode vaguear, sonhar, ir adentro, até mesmo se perder, desejo ou pretensão de recriar uma natureza idealmente selvagem, em harmonia com o mundo humano. (Viard, 1990)

Chapada pitoresca, Chapada sublime

“Em realidade a Chapada Diamantina não é apenas para ser vista, mas para ser sentida na variedade de suas manifestações naturais” (Walfrido Moraes).

É a paisagem que estimula a percepção visual e intelectual. O fotógrafo Zé de Boni declara, em seu trabalho sobre a *paisagem mágica* da Chapada Diamantina, ter perseguido “objetivo singelo de atingir o coração do observador com a beleza plástica das fotografias”, (...) e de neste *jogo de sedução*, nele fazer brotar ou amplificar o amor pelo nosso valioso patrimônio natural”. Utilizando técnicas fotográficas que realçam a expressão das formas e contornos, inclusive o branco e preto, sob influência de Ansel Adams, Zé de Boni consegue um grande impacto estético, explorando ao máximo as rugosidades dos terrenos metassedimentares, suavizadas pela rala vegetação de gramíneas que recobrem as encostas dos morros e das serras do Sincorá, impregnando as imagens de uma textura singular.

A poética do *Pitoresco* como fundamento estético de apreciação da natureza, é uma *poética* da paisagem (Argan, 1992), sinônimo de diversidade, espetáculo, exercício do olhar agudo sobre o mundo, visão investigadora, curiosa, que se admira diante dos fatos naturais e procura respostas objetivas, porém abrangentes, procurando correlacionar conhecimento e sentimento.

“Quem se aventura pela Chapada Diamantina, descobre desde logo que seu brilho, como o do diamante que lhe emprestou o nome, tem muitas facetas. Para admirar por inteiro suas paisagens é preciso a mesma paciência e sensibilidade do lapidário que vai compondo a imagem de uma gema” (Romanni, 1984)

A visão romântica em relação à natureza vem através do *pitoresco*, numa abordagem que apreende a natureza como um ambiente acolhedor e variado que alimenta no homem os sentimentos solidários, ao passo que a face passional e arrebatada do sentimento romântico toma a forma do *sublime*, no qual a natureza é assimilada como misteriosa e ameaçadora, inspirando sentimentos solitários e a prevalência da individualidade (Argan, 1982). A *Chapada Sublime* é sinônimo de magia, encantamento, transcendência, o eu que se dissolve diante da magnificência da natureza. É desta forma que o escritor Walfrido Moraes expressa a leitura romântica da paisagem da Chapada Diamantina:

“(…) sentimos aflorar em nosso corpo, infinitamente pequeno diante de toda aquela grandeza, e em nossa alma, envolta em tamanho misticismo,

um desejo incontido de nos integrarmos à aquele imenso santuário, e mergulharmos, enfim, em termos de profundidade e eternidade, nos seus amplos e fascinantes mistérios”.

Chapada Turística

O crescimento do turismo como ramo da economia de serviços tem dimensões planetárias e de grandes proporções em termos de capital mobilizado e volume de faturamento. É uma atividade que depende estrategicamente da informação como veículo de difusão e geração de novas demandas até recentemente inexistentes ou inexpressivas. As práticas recreativas, ligadas às viagens de lazer, representam formas de consumo do tempo livre em atividades programadas ou previstas em pacotes turísticos. Como afirma Rodrigues, “O lazer supõe o consumo do tempo livre com alguma atividade. O tempo de ócio foi gradativamente expropriado pela sociedade capitalista que cria a ideologia da necessidade do consumo do tempo livre.” (1989, p. 131). Como conquista social, o tempo livre, tempo de gozo da liberdade individual e fruição da vida, foi, então, convertido em tempo de consumo, através de formas de lazer indissociáveis do ato de adquirir bens e serviços.

Na medida que o exercício dos lazeres também demandam espaços diferenciados, infra-estruturados ou reservados para esse fim, adquire também sua funcionalidade como veículo de consumo das paisagens como produtos turísticos, prolongando para o intervalo espaço-temporal do lazer o mesmo padrão de relações e ritmos sociais do mercado.

Mas um segmento do mercado turístico baseado na busca do prazer de “estar lá”, travando uma relação direta com os elementos da natureza, tem um componente neo-romântico que mobiliza os desejos na constituição do imaginário do ecoturista. A fala do paulistano embrenhado nas serras da Chapada: *“é uma necessidade íntima de pesquisa, de descoberta do mundo”*, é um registro do espírito do viajante aventureiro que busca uma experiência “autêntica” ou fantasiosa de liberdade.

Viajar significa ir além das “fronteiras” dos hábitos rotineiros, da opressão dos ambientes artificiais do mundo do trabalho, suscitando a “necessidade” da fuga para *outro lugar*, num gesto significativo transposição dos espaços conhecidos “carregados de lugares e símbolos culturais familiares plasmados na paisagem” (Nogué I Font, 1986, p. 37), ainda que na efêmera e provisória mudança sazonal das férias. Mesmo para aqueles que participam do turismo de massa e não estão interessados em profundas experiências e rupturas, o deslocamento em direção ao lugar desconhecido, exótico, não deixa de ter um discreto charme romântico, uma expectativa de viver momentos de aventura e prazer.

Em contraste com o “grande” turismo que explora a paisagem como espetáculo visual, cenário de contemplação fotográfica, ou os atributos da comodidade ambiental, o ecoturismo estabelece diferentes itinerários de acesso ao objeto de desejo, sugerindo aos seus praticantes uma “leitura” da paisagem, seu desfrute estético a partir de novos códigos, inerentes às sensibilidades ecológicas contemporâneas, e a especial valorização de lugares “eleitos” pelo modo como podem se dar ao deleite do observador, como territórios a desbravar, simbólica e fisicamente, numa forma de lazer que é um desafio: enfrentar, por exemplo caminhadas por trilhas tortuosas nas serras para chegar numa singela cachoeira nas alcantiladas vertentes da Chapada Diamantina.

A Chapada Diamantina como cenário do encantamento é sinônimo de: estímulos visuais e sensoriais dos atributos ambientais, estímulos que a paisagem sugere/insinua. Assim, as rochas e as águas, as distâncias e as variações topográficas são, ao mesmo tempo, a condição material primária, objeto, meio e palco do ritual recreativo dos banhos, mergulhos, caminhadas, passeios e devaneios da imaginação geográfica dos ecoturistas.

O consumo da paisagem

O consumo turístico da paisagem, coloca o corpo humano numa relação sensorialmente ativa com o mundo, alimentando a emoção estética e o desejo de “estar ali”, imerso naquele complexo localizado de estímulos ambientais composto de fluxos de matéria e energia, movimentos, variações de cores, formas, texturas, calor e frio, luz e sombra. É claro que a percepção dos objetos se dá a partir da relação com o corpo, relação primária de afirmação do ser diante do mundo, pois que, como afirma Bettanini “meu corpo aparece como uma atitude diante das coisas, uma espacialidade de situação” (1982, p. 112). A paisagem, nesse sentido mais específico, compreende o “conjunto das coisas que se dão diretamente aos sentidos”, coisas que “nosso corpo alcança e identifica.” (Santos, 1988, p. 76-77).

Porém, essa **atitude** que coloca o corpo no centro de uma relação sensorialmente ativa com o mundo, encontra-se moldada pelos condicionamentos sócio-culturais que estabelecem as possibilidades e limites dessa experiência, de acordo com as expectativas dos sujeitos que a praticam, dentro do universo de representações que informa e dá sentido às ações. No caso da interação dos turistas com o “ambiente selvagem” em sítios como as serras, canyons, grutas e cachoeiras da Chapada Diamantina na Bahia, não se pode compreender a intensidade e as nuances dessa experiência fora do substrato desse **imaginário ecológico**.

Assim, onde os turistas vêem a possibilidade de uma estimulante interação com os elementos da natureza, muitos moradores nativos vêem apenas um punhado de rapazes e moças fazendo cansativas caminhadas por trilhas difíceis, expondo-se a perigos desnecessários como cobras e outros acidentes, sem da serra trazer nada de proveitoso, “*nenhuma caça, nenhum mosquitinho*”, o que denota os significados diferenciados da paisagem para o homem nativo - esteticamente indiferente às “belezas naturais” porque, no seu ver-perceber-fazer prático e utilitário, está inserido como parte constitutiva da paisagem -, e para o turista que, numa relação recreativa, estabelece uma apreciação estética prazerosa, porque depara-se com o novo, fora do contexto do ver-sentir-viver cotidiano.

O turismo faz a geografia como projeto de gestão do território

Os diagnósticos técnicos oficiais já apontavam a região, pelo menos desde o início dos anos 80, como dotada de um significativo potencial turístico: potencialidades paisagísticas e histórico arquitetônicas para a criação de novas áreas de recreação destinadas a atender a demanda da Região Metropolitana de Salvador. Na equação técnica do planejamento territorial, tais áreas de recreação poderiam ser implantadas na Chapada Diamantina (especialmente na serra do Sincorá), pois que ela oferece um inestimável acervo de “novos recursos” na forma de “refúgios salubres de altitude”, beleza cênica e patrimônio histórico-cultural, constituindo um “eficiente sistema regional de lazer e turismo.” (Bahia, 1981, p. 14).

Aliás, uma importante motivação social da preservação de ambientes selvagens está ligada às demandas por espaços públicos de lazer e recreação. Os parques nacionais, segundo a legislação brasileira, têm entre suas finalidades, proporcionar ambientes propícios às práticas recreativas. Segundo Dubos, os primeiros parques dos Estados Unidos, Yellowstone e Yosemite, “foram tombados, não para salvar a Natureza em seu estado selvagem, mas porque seus valores cênicos e recreativos fizeram deles locais ideais para o entretenimento público.” (1980, p. 71).

Esta é a lógica do ecoturismo como experiência de consumo lúdico da paisagem e como atividade econômica que pressupõe condições geográficas especiais, uma determinada base físico-ambiental em áreas de baixa densidade demográfica, requisitando a implementação, por parte do Estado, de certas políticas de zoneamento econômico e ecológico com vistas ao manejo e a exploração turística dos recursos naturais, isto é, a criação/delimitação de um **terceiro espaço**, como Viard (1990) designa as unidades de conservação ou “museus verdes”, espaços (re)naturalizados, territórios colocados fora do alcance do poder transformador do trabalho humano, na esperança que dele se faça uma amostra preciosa da primeira natureza, lugares destinados tanto à conservação do patrimônio ecológico, quanto à prática de atividades recreativas.

Nesse sentido, destacam-se certas áreas e sítios localizados na Serra do Sincorá, em sua maioria situados dentro dos limites do *Parque Nacional da Chapada Diamantina* (criado pelo Decreto nº 91.655 de 17 de setembro de 1985, com área de 1520 km² que engloba terras dos municípios de Lençóis, Andaraí, Palmeiras, Mucugê e Ibicoara), como um destino ecoturístico para o qual o Programa de Desenvolvimento Turístico - PRODETUR (Bahiatursa, s.d.) apresenta conceitos e propostas que abordam a paisagem como recurso e “produto” que deve ser, ao mesmo tempo, valorizada (através de investimentos em infra-estruturas) e preservada como recurso natural, através do que preconiza sua incorporação ao circuito turístico internacional.

Assim, as características geológicas e ecológicas da Chapada Diamantina, sua história recente e as transformações atualmente em curso na região moldam-se à conformação da região como um novo espaço turístico, o que impulsiona a sua reintegração à divisão territorial do trabalho, através da assimilação de uma série de inovações e os impactos decorrentes desse processo.

O fluxo de turistas na região, em torno de 30 mil visitantes anuais, ainda não faz da Chapada Diamantina um pólo turístico relevante, do ponto de vista econômico, no conjunto do Estado. Porém, suas potencialidades, aliadas à verificação de fortes tendências de mercado que apontam para o crescimento da demanda internacional por *novos destinos turísticos*, estão atraindo investimentos públicos (estradas, aeroporto) e privados (hotéis, pousadas) que apostam na viabilidade do turismo como atividade atraente e rentável para o capital, ao mesmo tempo que pretensamente vantajosa para o conjunto da população.

Apesar de toda preocupação com a sustentabilidade do ecoturismo, através da preservação dos raros e valiosos recursos naturais da região, o que se pode depreender da análise do programa da Bahiatursa e da visão de pequenos empresários e membros das comunidades locais, muitas áreas de interesse turístico encontram-se ameaçadas. As origens dessas ameaças são conhecidas: o garimpo mecanizado, a extração de plantas ornamentais, as tradicionais queimadas etc. Mas o próprio incremento do fluxo turístico traz consigo os riscos de degradação de sítios muito frágeis como os pequenos riachos e cachoeiras cuja capacidade de carga (de visitantes) é muito reduzida, além do aumento da produção de lixo sólido que se acumula em seu entorno. É notório que as iniciativas

governamentais de superação destes problemas ainda são muito tímidas e praticamente ineficazes.

Finalmente, o ecoturismo coloca-se como projeto de gestão do território, em confronto com as tradicionais atividades extrativistas e agropecuárias. e com o “progresso” da moderna agricultura irrigada, porque configura um novo significado social e econômico para a exploração do meio ambiente e das relações custo/benefício da conservação dos recursos naturais como “produtos” da economia do turismo emergente, carregada de grandes promessas de desenvolvimento sustentado.

Referências Bibliográficas

- A moda das trilhas na Chapada Diamantina, A TARDE, 2/8/95
- Romanni, P. A terra encantada da Bahia. *Os Caminhos da Terra*, S. Paulo, n°5, p.14-23, ago. 1994
- Acot, P. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- Argan, G.C. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- Bahia. *A compatibilização dos usos do solo e a qualidade ambiental na região Central da Bahia*. Salvador: 1981.
- Bahiatursa. *Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia - Chapada Diamantina*, relatório final. V. 1. Salvador: s.d.
- Bettanini, T. *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- Castoriadis, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- Dubos, R. *Namorando a Terra*. São Paulo: EDUSP, 1981.
- Ecoturismo revive o centro-oeste baiano, Folha de SP, 28/9/95
- Gombrich, E. H. *A história da arte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- Krippendorf, J. *Sociologia do turismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- Leite, M.F. *Destrução ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo: HUCITEC, FAPESP, 1994
- Moraes, W. *Jagunços e Heróis; A civilização do diamante nas Lavras da Bahia*. 2ª ed. Salvador: Edições GRD, 1973.
- Nogue I Font, J. *Paisage y turismo*. Estudios turísticos. Madri, 90: 35-45.
- Paisagem Mágica: fotografias da Chapada Diamantina. Fotografias: Zé de Boni; texto: Walfrido Moraes. São Paulo: Empresa das Artes, 1989.
- Paraíso no sertão. *Veja*, São Paulo, 12 dez 1990.
- Rodrigues, A.A.B. *Águas de São Pedro - Estância Paulista; uma contribuição à geografia da recreação*. São Paulo: FFLCH/USP, 1985. Tese de Doutorado.
- Santos, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- Santuários do Brasil ecológico. *Veja*, São Paulo, n° 49, p. 88-107, 7 dez. 1994.
- Thomas, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- Thoureau, H. *Walden ou A vida nos bosques*. São Paulo, Global, 1984..
- Viard, J. *Le tiers espace - essai sur la nature*. Paris, 1990.